



Nova lei estimula pagamento de contas pelo celular

Pelo sistema, créditos são inseridos no telefone e o aparelho funciona como cartão de débito; norma beneficia os 39% da população adulta que não têm conta bancária

De acordo com a lei, publicada ontem, o governo — por meio do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional, do Ministério das Comunicações e da Anatel — deverá

incentivar as operadoras de telefonia a oferecer a possibilidade de os clientes usarem o celular como meio de pagamento. A medida foi incluída, por emenda de Walter Pinheiro, no texto sancionado. **5**



Marcos Oliveira / Agência Senado

Renan Calheiros (C) conduz reunião da Mesa do Senado: teto salarial respeitado

Salários acima do teto serão cortados já neste mês

Para cumprir a determinação do Tribunal de Contas da União, o Senado vai reduzir já neste mês o

salário dos servidores que ganham mais de R\$ 28 mil, o teto constitucional do funcionalismo público. **2**



Waldemir Barreto / Agência Senado

Rapper GOG fala sobre o alto índice de assassinatos de negros na audiência presidida pela senadora Ana Rita (5ª à esq.)

PM é apontada em casos de violência contra negros

Participantes de debate na Comissão de Direitos Humanos sugerem desmilitarização e investigação de autos de resistência. **7**

Subcomissão fará ciclo de debates sobre seca no Nordeste **4**

MP que perdoa dívidas de atingidos pela estiagem será analisada no dia 15 **4**

Relator quer votação do fim do voto secreto na semana que vem **3**

Pauta do Senado está trancada pela MP do Mais Médicos **6**



José Cruz / Agência Senado

O diplomata Flávio Marega (E) é sabatinado em sessão da Comissão de Relações Exteriores, presidida por Ricardo Ferraço (C)

Aprovado embaixador na Arábia Saudita

Indicação de Flávio Marega foi aprovada por unanimidade ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). Diplomata

destacou planos de investimento dos sauditas em infraestrutura como oportunidade para empresas brasileiras naquele país. **8**

Para senador, relação entre Brasil e EUA deve ser repensada **8**

Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser votada na terça-feira **3**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Retirada e reconstrução da mama em uma só cirurgia
Lei 12.802/2013

O tratamento do câncer de mama não precisa deixar essa marca

O Congresso Nacional aprovou a lei que obriga o SUS a fazer a retirada e a reconstrução da mama afetada em uma só cirurgia, quando não houver contraindicações. Uma medida que valoriza a autoestima da mulher.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei

SENADO
FEDERAL



Funcionários do Senado que recebem mais de R\$ 28 mil terão desconto para atender a determinação do TCU; antes de decidir sobre devolução de valor extra, Casa esperará nova manifestação do tribunal



O presidente do Senado, Renan Calheiros, preside reunião da Mesa: vencimentos não ultrapassarão teto constitucional

Salário acima do teto será reduzido já neste mês

OS FUNCIONÁRIOS DO Senado que recebem acima do teto constitucional (R\$ 28 mil) terão os salários reduzidos já na folha de pagamento de outubro. A informação foi dada ontem pelo primeiro-secretário, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), após reunião da Comissão Diretora da Casa.

A limitação atende uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que determinou que nenhum servidor excedesse o teto. Segundo a Constituição, o salário máximo permitido no serviço público equivale ao pagamento de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) — hoje em R\$ 28.059,29.

O TCU determinou também a devolução do que foi recebido a mais nos últimos cinco

anos. Entretanto, o Senado aguarda uma última manifestação do tribunal, visto que o Ministério Público apresentou um pedido de revisão.

O tribunal já havia proferido uma decisão semelhante em relação à Câmara. No entanto, os ministros determinaram que os servidores não teriam que devolver o dinheiro recebido a mais. Segundo o TCU, 464 profissionais do Senado estão em situação irregular.

— A aplicação imediata do teto já está aprovada pela Mesa. Já a devolução está suspensa pelo próprio TCU, portanto vamos aguardar o recurso apresentado pelo Ministério Público. Enquanto o TCU não se pronunciar, os servidores não terão de devolver o dinheiro recebido

a mais — explicou Flexa.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que, se o TCU decidir pela devolução, poderá haver um calendário para o ressarcimento.

Economia

Na reunião da Comissão Diretora de ontem, os senadores decidiram implementar a unificação dos três almosarifados do Senado.

— Isso diminui custo, racionaliza despesas e facilita o controle — explica o segundo-vice-presidente, Romero Jucá (PMDB-RR).

Segundo Jucá, foi apresentado na reunião um quadro de despesas do Senado, mostrando que a Casa chegou a R\$ 160 milhões de economia até setembro.

Senado pedirá à Receita devolução de R\$ 5 mi

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que a Casa vai pedir à Receita Federal que devolva o Imposto de Renda pago pela instituição no ano passado para quitar a dívida do imposto não recolhido sobre ajudas de custo recebidas pelos senadores entre 2007 e 2011.

A decisão foi tomada porque o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) entendeu agora que as remunerações eram ajuda de custo, e não renda, e, dessa forma, não deveriam ter sido taxadas pelo Imposto de Renda.

A deliberação do Carf contra

a cobrança do Imposto de Renda sobre o 14º e o 15º salário foi tomada no último dia 30, em resposta a um recurso da ex-senadora Ideli Salvatti, atual ministra de Relações Institucionais.

O relator da matéria no conselho, Antonio Martinez, considerou que não deve haver tributação do benefício apenas por ser chamado “salário”, já que a finalidade é repor gastos.

Com a decisão, o Senado espera reaver R\$ 5 milhões usados na época para quitar a suposta dívida de 119 senadores com a Receita Federal.

Ao final da reunião da Mesa do Senado, Renan Calheiros afirmou:

— O 14º e o 15º salário vão ser restituídos. O Senado vai entrar pedindo a restituição. E alguns senadores, mais de 40, que pagaram diretamente, inclusive eu, vão pedir diretamente a restituição. Foi entendido que a verba indenizatória não amplia patrimônio. E só paga imposto aquilo que tem repercussão patrimonial. O Senado pagou na época R\$ 5 milhões. Eu já pedi à Advocacia [do Senado] para cuidar disso — explicou o presidente da Casa.

Para Couto, gastos de Dilma são exagerados

Mário Couto (PSDB-PA) lamentou que o Congresso Nacional não possa fiscalizar os gastos da Presidência da República. Ele citou dados publicados pela imprensa segundo os quais a presidente Dilma Rousseff pagou uma diária de R\$ 25 mil para se hospedar



Waldemir Brito/Agência Senado

em Nova York. O cartão corporativo da presidente, afirmou, tem despesas médias mensais de R\$ 36 mil.

O senador afirmou que são gastos R\$ 19.400 mensais apenas com equipamentos e manutenção da piscina do Palácio da Alvorada. A média mensal de gastos

com plantas, segundo ele, é de R\$ 54 mil.

Ele acusou a presidente e o antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, de terem falido a Petrobras. A dívida chega a R\$ 248 bilhões. Em 2006, era de R\$ 111 bilhões, disse. Segundo ele, a dívida foi gerada pela compra de gasolina no exterior mais cara do que o preço no Brasil, no intuito de segurar a inflação.

Presidente do Uruguai é exemplo de homem público, diz Simon

Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou o presidente do Uruguai, José Mujica. Para o senador, o mandatário é “um ser humano extraordinário e um político único no mundo”.

Mujica, de 78 anos, decidiu receber apenas 10% do salário de presidente e se recusa a ganhar verbas extras ou de representação, ressaltou o senador. Além disso, comentou Simon, Mujica dirige o



Pedro Franco/Agência Senado

próprio carro, um Fusca 1987.

— O passado de Mujica não é menos interessante — disse Simon, referindo-se ao fato de o presidente ter sido guerrilheiro

do movimento Tupamaro, organização que combateu a ditadura uruguaia nas décadas de 60 e 70, e ter passado 14 anos preso.

Para o senador, Mujica é um exemplo para todos os homens públicos do planeta.

Viana apoia indenização a família de político perseguido pela ditadura

Jorge Viana (PT-AC) pediu à Advocacia-Geral da União (AGU) que não recorra da decisão que indeniza em R\$ 100 mil os familiares do líder comunista Gregório Bezerra (1900-1983).

Ele salientou que, apesar do valor simbólico da indenização e dos 30 anos necessários para a reparação do “erro histórico”, pela primeira vez desde a Lei da Anistia um juiz atribuiu responsabilidade à União pelas privações enfrentadas pela

família de um perseguido político no regime militar.

— Somente agora, após anos de luta nos tribunais por um ressarcimento às perseguições, a família de Gregório Bezerra é reconhecida pela Justiça também como vítima das prisões arbitrárias, da execração pública, do preconceito dos vizinhos e das dificuldades de seus descendentes em conseguir emprego, em levar uma vida com alguma normalidade — disse.

Flexa: com Círio de Nazaré, Belém se transforma na “capital da fé”

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) discursou sobre a festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que faz 221 anos. A romaria ocorre em Belém no segundo domingo de outubro e reúne 2 milhões de fiéis.

— Trata-se de um segundo Natal para nós, os paraenses.

O senador lembrou que, nesta época, há incremento do turismo religioso no



Pedro Franco/Agência Senado

estado. São 15 dias de programação. As festividades foram abertas oficialmente no dia 8. Hoje a imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré será levada pelas ruas da cidade.

— Neste mês, Belém do Pará se transforma na capital da fé, e mesmo as pessoas que possuem outra orientação religiosa respeitam e compartilham desse momento.

CORREÇÃO

O *Jornal do Senado* errou ontem ao informar, na página 4, que Casildo Maldaner integra o PSDB de Santa Catarina. O partido do senador é o PMDB.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão de discursos

9h A sessão de hoje não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Relator acredita que PEC do Voto Aberto seja votada na quarta-feira

Sérgio Souza apoia fim do sigilo em todas as decisões legislativas, mas vê consenso apenas nos casos de cassação de mandato parlamentar

APÓS MANTER APOIO ao fim do voto secreto em todas as decisões do Legislativo, Sérgio Souza (PMDB-PR) aguarda a votação do relatório dele sobre três propostas de emenda à Constituição (PECs) sobre o tema que tramitam em conjunto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A expectativa é de que a votação ocorra na próxima semana.

— Votando na CCJ na próxima reunião, pode ir ao Plenário ainda na quarta-feira.

Souza prevê um “debate intenso” e até a possível rejeição do parecer, com apresentação de um substitutivo. Para ele, o importante é avançar nos pontos onde há consenso.

— Se nós conseguirmos avançar em tudo, melhor ainda. Parece-me haver consenso só na questão [do voto aberto] para cassação de mandato parlamentar — disse.

Eventuais perseguições aos parlamentares por causa das manifestações podem ser rebatidas na imprensa, nas redes sociais ou na própria tribuna, disse Souza. Ele ressaltou que o momento político é outro e que a sociedade está vigilante e exige transparência dos representantes.

— No estágio de democracia em que vivemos, não cabe mais voto fechado. E o cidadão quer que acabe o voto secreto, para que ele possa acompanhar mais de perto as ações do seu parlamentar — afirmou.

O senador também fez críticas aos políticos que dizem votar “ao lado da sociedade”, mas secretamente votam contra e “a conta não fecha”.



Souza defende a aprovação do voto aberto durante sessão da Comissão de Constituição e Justiça, presidida por Vital do Rêgo

— Esse parlamentar tem que ser extirpado do meio político. Agora ele quer ficar de bem com os dois lados? Qual é o comprometimento desse parlamentar com a sociedade? Como ele age no dia a dia? — indagou.

O senador manifestou-se pela aprovação da PEC 43/2013, que estabelece o voto aberto nas decisões de todas as Casas legislativas, como assembleias estaduais e câmaras de vereadores. Souza optou pela proposta em detrimento das outras (PECs 20/2013 e 28/2013), também porque ela já foi aprovada pela Câmara e tem precedência regimental. Se aprovada pelo Senado, começará a valer mais rápido do que as demais, que ainda teriam que ser votadas pelos deputados.

A PEC 20/2013, que já havia sido aprovada pela CCJ igualmente com relatório favorável de Souza, suprime

da Constituição todas as referências ao voto secreto no Parlamento, mas não estende a medida às demais Casas legislativas. Já a PEC 28/2013 busca suprimir o voto secreto nas deliberações parlamentares, exceto na escolha de magistrados e do procurador-geral da República. No texto, o senador recomenda a rejeição de ambas.

— Por isso, mantive a minha posição, num relatório rejeitando, desta feita, as emendas de Plenário, mas também julgando rejeitadas as

demais proposições, das outras duas PECs nesse sentido — explicou o senador.

Souza opinou pela não admissibilidade de uma emenda de Plenário apresentada à PEC 43/2013 por Lobão Filho (PMDB-MA), e outra à PEC 20/2013, por Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), por não terem o número mínimo de assinaturas exigidas (um terço

Momento político é outro e sociedade exige transparência dos representantes, disse o relator

Votação do relatório da LDO é adiada para terça

A votação do relatório final da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 2/2013) para 2014, que ocorreria ontem, ficou para a terça-feira. Antes da votação, ainda na terça, está prevista uma reunião dos líderes na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para discutir acordo e procedimento para votação.

— Devido à ordem do dia da Câmara e do Senado e de os parlamentares desejarem estudar o relatório da LDO, vamos transferir a votação, dando tempo aos parlamentares para se aprofundarem no parecer que será votado — disse o presidente da comissão, senador Lobão Filho (PMDB-MA).

Essa foi a sétima suspensão da reunião da CMO, sem que fosse votado o texto do deputado Danilo Forte (PMDB-



Lobão Filho conduz reunião da Comissão Mista de Orçamento: LDO em pauta

CE), em pauta desde 17 de setembro.

Impositivo

Ontem, a Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo (PEC 22A/2000) foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania (CCJ) do Senado. Essa era a condição dos integrantes da Comissão Mista de Orçamento para votar a LDO.

A PEC torna obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares ao Orçamento até o total de 1% da receita corrente líquida

realizada no ano anterior. O percentual, de acordo com o valor estimado para 2014, chegaria a R\$ 6,75 bilhões — R\$ 11,36 milhões por parlamentar. A regra atualmente em vigor estipula um limite de R\$ 15 milhões por parlamentar, que não é obrigatoriamente cumprido pelo governo.

Saúde

O relator da proposta na CCJ, Eduardo Braga (PMDB-AM), apresentou um substitutivo à PEC para incluir a destinação de 50% das emendas parlamentares de execução obrigatória à saúde. O percentual era uma demanda do governo. Outro ponto acrescentado no substitutivo foi a vinculação de 15% da receita corrente líquida da União para o financiamento do setor. (Da Agência Câmara)

Cristovam: pior descaso dos governantes é não ouvir a voz das ruas

Ao lamentar a morte da menina Geovana Moraes Oliveira, que se afogou no início da semana dentro de um ônibus escolar, num viaduto alagado em Ceilândia, Cristovam Buarque (PDT-DF) responsabilizou o governo do Distrito Federal pelo acidente, por não ter feito a manutenção da rede de drenagem pluvial.

O senador considerou a negligência governamental apenas mais um caso entre outros que ocorrem em vários setores, como saúde, educação e transporte público.

Cristovam afirmou que, de todos exemplos de descaso, o pior é não ouvir as reivindicações dos recentes movimentos populares.

— Esse é um descaso que poderá produzir muitos outros descasos, inclusive muitas outras Geovanas.



Cristovam cita menina que morreu afogada dentro de ônibus no DF

Ferraço quer que Plenário estude PEC do Voto Facultativo

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu o fim do voto obrigatório no Brasil. Ele é autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2012, que institui o voto facultativo. Rejeitada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a PEC pode ter nova discussão no Plenário, já que o senador apresentou recurso com esse fim.

— Que o Plenário possa se debruçar sobre esse recurso, tendo em vista a necessidade de ampliarmos o debate.

O parlamentar disse considerar que o voto obrigatório não eleva o nível de consciência e participação política.

— Não é a quantidade de votos, mas a sua qualidade que legitima as autoridades políticas e as instituições democráticas. São os votos conscientes que impulsionam o debate político e o vigor do processo democrático.



Para Ferraço, democracia exige qualidade no voto, não quantidade

Delcídio vê logística como obstáculo à competitividade



Moreira Mariz/Agência Senado

A precariedade do sistema logístico, sobretudo no setor de transportes, é o principal obstáculo a ser superado para alcançar o desenvolvimento da Região Centro-Oeste, disse na quarta-feira Delcídio do Amaral (PT-MS). Ele relatou em Plenário participação em debate sobre a região realizado na sede do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Para o senador, o gargalo na infraestrutura de transportes faz com que o agronegócio, mesmo sendo eficiente, tenha perdas relevantes de competitividade.

Armando Monteiro aponta esgotamento da guerra fiscal



Moreira Mariz/Agência Senado

Armando Monteiro (PTB-PE) criticou na quarta-feira o “processo predatório da guerra fiscal”, que, na avaliação dele, apresenta sinais de esgotamento e põe em risco a Federação e os investimentos.

Apontando as distorções econômicas da competição fiscal e a insegurança jurídica que ela em gerado, o senador questionou a eficácia a longo prazo das medidas de redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por algumas unidades da Federação.

Raupp condena modelo tributário em vigor no país



Liu de Paula/Agência Senado

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) condenou ontem o modelo tributário em vigor no país, classificando-o como injusto. Ele disse que o país clama, há muitos anos, por uma profunda revisão da estrutura do setor.

Raupp citou pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que revela que a carga tributária média, em relação ao produto interno bruto, é de 17% na América Latina, enquanto no Brasil ela representa 34% de tudo aquilo que o país produz.



Blog Fotos e Fotos da Catinga

A falta de chuva prejudica a pecuária no Nordeste; subcomissão debaterá propostas de enfrentamento permanente

Senado terá ciclo de debates sobre impactos da seca

Primeiro encontro será sobre a negociação das dívidas de produtores do Nordeste. Efeitos da estiagem e propostas de desenvolvimento da região considerando a realidade do clima também serão debatidos

A SUBCOMISSÃO PERMANENTE sobre Obras de Preparação para a Seca aprovou ontem um requerimento para a realização de um ciclo de debates que começará neste ano e se estenderá até 2014. O primeiro tema que deve ser debatido pela subcomissão daqui a 15 dias é a negociação das dívidas dos produtores rurais do Nordeste.

O requerimento foi apresentado pelo presidente do colegiado, senador José Pimentel (PT-CE). Ele informou que, na próxima reunião, os senadores vão trazer um documento com a consolidação da negociação das dívidas da Região Nordeste. Ele ressaltou que, até lá, a Medida Provisória 618/2013 já terá sido sancionada. O texto incorporou grande parte das preocupações com a região, segundo disse. Entre outros assuntos, a MP trata de desconto



Gerardo Magalhães/Agência Senado

José Pimentel propôs debate sobre o tema da dívida dos produtores

nas dívidas de produtores rurais atingidos pela seca.

— Vamos também destacar o que falta ser feito, exatamente para que possamos continuar as negociações para resolver esse grave problema do endividamento e, ao mesmo tempo, permitir que na safra agrícola que teremos em 2014 nossos produtores rurais estejam adimplentes — afirmou.

Para o ciclo de debates serão convidados especialistas e

autoridades da administração pública, que deverão discutir os impactos da seca no Nordeste e as propostas para o desenvolvimento da região, no cenário de instabilidade do clima e de falta crônica de água.

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) disse que em Mato Grosso também há o problema da seca. Segundo ele, graças à tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o estado já tem duas safras com grande produtividade, a da soja e a do milho.

Eduardo Amorim (PSC-SE), vice-presidente da subcomissão, lamentou que seu estado passe por dificuldades na seca, mesmo tendo tantas bacias hidrográficas importantes. Para ele, a solução é o Canal de Xingó, que prevê o bombeamento de água captada no Rio São Francisco e que já chegou à Bahia, mas ainda não a Sergipe.

Perdão a dívidas rurais volta à pauta de comissão

Está prevista para terça-feira a reunião da comissão mista que analisa a quitação de dívidas de produtores atingidos pela seca no Nordeste, conforme determina a Medida Provisória (MP) 623/2013. A reunião seria dia 8, mas não aconteceu por falta de quórum (pelo menos cinco deputados e cinco senadores).

A MP vale até 15 de novembro e o governo estima 93 mil operações que totalizarão custos de R\$ 126 milhões para o Tesouro Nacional. Dívidas contratadas até R\$ 15 mil têm desconto de 65%; para valores de R\$ 15 mil a R\$ 35 mil, o desconto é de 45%; e para valores de R\$ 35 mil a R\$ 100 mil, o desconto é de 40%.



Reprodutor/Blog O Piracuruquense

Estiagem provocou endividamento de produtores agropecuários no Nordeste

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB), relator, disse que muitos produtores nordestinos estão ansiosos, aguardando a aprovação da MP. Ele cobrou compromisso dos membros da comissão para que a medida seja aprovada o mais rápido possível.

O presidente do colegiado, deputado José Airton (PT-CE), lamentou o baixo comparecimento no dia 8 e prometeu telefonar para todos os membros da comissão cobrando a presença no próximo encontro, “porque a matéria é de extrema relevância”.

Reunião sobre consolidação de leis é adiada

O presidente da Comissão Mista Especial para Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), cancelou a reunião de ontem

por falta de quórum. Ele convocou nova reunião para o dia 17, com a mesma pauta: discutir o combate ao trabalho escravo e o direito de greve para servidor público. Disse que o relatório de Romero Jucá

(PMDB-RR) já está pronto, mas até a reunião qualquer entidade ou cidadão pode apresentar sugestões.

Instalada em 2 de abril, a comissão tem até 23 de dezembro para apresentar conclusões.

Viana diz que questões sociais são mais importantes que fuso



Pietro França/Agência Senado

Em discurso na quarta-feira, Jorge Viana (PT-AC) comentou a aprovação, na terça-feira, do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 43/2013, que restabelece o fuso horário do estado do Acre para duas horas a menos em relação ao horário de Brasília.

Segundo ele, a questão do fuso horário, que se arrasta desde 2008, foi politizada de maneira exagerada por alguns políticos acrianos. Para Viana, a qualidade de vida do povo do Acre, saúde, educação e geração de empregos são mais importantes que essa questão.

Jucá comemora avanços nos 25 anos de Roraima



Moreira Mariz/Agência Senado

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) comemorou em Plenário, na quarta-feira, os 25 anos de criação do estado de Roraima. Ele lembrou que, à época da promulgação da Constituição, era governador do território emancipado.

Uma das conquistas, mais de duas décadas depois, segundo Jucá, foi a conclusão do zoneamento econômico e ecológico de Roraima, que considerou fundamental para uma ação de sustentabilidade no processo de desenvolvimento econômico do estado.

Oswaldo destaca valor da Embrapa para Mato Grosso

O senador Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) ressaltou ontem em Plenário o papel desempenhado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no desenvolvimento do agronegócio em Mato Grosso.

De acordo com o parlamentar, a Embrapa viabilizou a agropecuária na região, após várias tentativas frustradas, feitas de forma independente por agricultores pioneiros que tentaram implantar, por exemplo, culturas de café, seringueiras e mandioca.

— Somente com o emprego de tecnologia adequada, o estado começou a encontrar sua vocação agrícola — disse.

Dilma sancionou a lei que regulamenta o uso de tablet e telefone móvel para compras e pagamentos. Medida beneficia parcela da população que não tem conta bancária

Pagamento de contas por celular ganha regras

FOI SANCIONADA ANTEON-TEM a Lei 12.865/2013, que regulamenta o pagamento de contas por meio de celulares e tablets. Com isso, será possível utilizar o celular como se fosse um cartão de banco.

Apelidado pelo autor do projeto original (PLS 635/2011), Walter Pinheiro (PT-BA), de bancarização, o novo serviço de pagamento móvel tem por finalidade permitir a inclusão de mais de 39% da população brasileira, que está atualmente fora do sistema bancário, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os usuários do sistema farão depósitos em contas virtuais, que poderão movimentar por meio de celular para fazer pagamentos e transferências.

— Com a medida, as pessoas que estão fora do sistema bancário podem receber crédito e fazer compras e todas as movimentações por celular,



Novo serviço não está vinculado a contas bancárias e permite que celular seja usado para fazer depósitos e transferências



Pinheiro crê que medida vai promover inclusão e fortalecer economias locais

promovendo a inclusão e até mesmo evitando deslocamentos desnecessários, o que garante ainda o fortalecimento das economias locais e a interiorização do desenvolvimento — afirmou Pinheiro.

O assunto foi incluído na Medida Provisória 615/2013 durante a tramitação no Congresso, permitindo o acesso à bancarização, mesmo se

o consumidor não tiver conta bancária — conforme prevê a emenda 41, de Pinheiro, acatada pelo relator, Gim (PTB-DF).

Segundo a lei, o governo estimulará as operadoras de telefonia a oferecer o serviço.

Bolsa Família

Pinheiro destacou que, além dos consumidores que já estão atentos às facilidades do uso

do celular para pagamentos, outras parcelas da população se beneficiarão da medida, como os contemplados pelos programas sociais do governo.

— São os casos dos beneficiados pelo Programa Bolsa Família, além dos aposentados do INSS, que muitas vezes precisam deslocar-se ao município vizinho para encontrar uma agência bancária. Com um

celular na mão, eles poderão fazer toda a movimentação do recebimento do benefício até o débito no comércio local, da mesma maneira que hoje operam quando colocam créditos nos celulares pré-pagos — explicou.

O senador avaliou que o novo sistema também vai contribuir para a redução dos custos das transações financeiras.

Paim comemora sanção de lei para herdeiros de taxistas

A sanção presidencial da lei que garante aos herdeiros dos taxistas o direito de exploração do serviço foi comemorada por Paulo Paim (PT-RS) em pronunciamento na quarta-feira. Assinada pela presidente

Dilma Rousseff em evento na quarta-feira no Sindicato dos Permissãoários de Táxis e Motoristas Auxiliares do Distrito Federal, a lei, frisou Paim, põe fim a uma situação de insegurança que representava “quase

um filme de tortura” para as famílias dos taxistas falecidos, que corriam o risco de perder a fonte de renda.

— Perde o titular da família, perdia o táxi também. Era um absurdo — opinou.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou da cerimônia de sanção e afirmou que a lei é uma questão de justiça social.

— O taxista trabalha a vida inteira e, se por um acidente ou

por problema de saúde vem a faltar, esse patrimônio tem que ficar com a família — disse.

A transferência foi vetada duas vezes pela presidente Dilma Rousseff, sob alegação de que cabe aos municípios legislar sobre o assunto.

— Foi uma luta muito grande, mas, após negociação com o Congresso Nacional, a presidente Dilma fez questão de ir ao sindicato sancionar essa lei — assinalou Renan, acrescentando que isso resolve o problema definitivamente porque, embora o taxista tenha um valor econômico na permissão, estava impedido de transferi-la para os herdeiros.



Para o senador, lei põe fim à situação de insegurança para a categoria



Dilma Rousseff sanciona MP 615 no Sindicato dos Taxistas do DF, com a presença de Renan Calheiros (6º à dir.) e Gim (D)

Wellington pede acordo para fim de greve em banco

Wellington Dias (PT-PI) pediu à Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e aos representantes dos bancários que avancem nas negociações para pôr fim à greve dos bancários, que tem causado transtornos para o país.

— Já estamos chegando ao final da terceira semana de greve. Isso causa um transtorno muito grande em todo o país. Para o comércio, para os negócios, para as pessoas que buscam ali fazer seus pagamentos — disse.

Wellington disse esperar que o governo se posicione perante a Febraban no interesse de encontrar uma solução para a greve até o final desta semana.

O senador destacou que o entendimento deve ser buscado observando não só o lado patronal e o lado laboral, mas também o interesse da população.

Para Inácio, bancários merecem reajuste salarial

Inácio Arruda (PCdoB-CE) manifestou apoio à luta dos bancários. Ele destacou que os bancos públicos e privados tiveram no último semestre o maior lucro da história e, mesmo assim, continuam se negando a dar reajuste salarial e as bonificações adequadas aos funcionários.

— Quero registrar que os bancários estão numa forte mobilização, que começou no mês de setembro e entra pelo mês de outubro, e lastimar a atitude patronal, que tem mantido a posição que só negocia depois de um movimento de quase um mês de paralisação.

O senador explicou que as paralisações prejudicam a atividade econômica e parte significativa da população mais carente, que utiliza diariamente as agências bancárias.

Agripino vê falhas na política econômica de Dilma

José Agripino (DEM-RN) alertou para as falhas na condução da economia do Brasil e disse que faltam planejamento e visão sistêmica ao governo. O senador manifestou pessimismo ante a alta dos juros e a redução da competitividade do país.

— Ou o Brasil acorda, ou, de equívoco em equívoco, vamos para o fundo do poço — afirmou.

Para o parlamentar, o país desperdiçou a oportunidade de “plantar uma semente” para tornar-se competitivo e hoje está colocado em posição “humilhante” diante do desempenho econômico dos demais países emergentes. Ele pediu atenção da equipe econômica.

— Se o Brasil não acordar, vai tornar-se um país emergente no 15º ou no 20º lugar do ranking mundial.

Cyro diz que governo faz privatização pela metade

Cyro Miranda (PSDB-GO) afirmou que o governo faz “uma privatização pela metade” ao exigir que instituições governamentais sejam sócias da iniciativa privada nos processos de privatização.

Em pronunciamento na quarta-feira, o parlamentar citou como exemplo o leilão da BR-262, que liga Minas Gerais ao Espírito Santo. De acordo com Cyro, o trânsito intenso da rodovia permitiria prever uma alta rentabilidade para a privatização, mas não apareceu nenhum interessado na licitação.

— Ninguém quer o governo como sócio no programa de concessões na área de infraestrutura — afirmou, lamentando que o PT “nunca teve a humildade” de reconhecer a importância das privatizações feitas no governo de Fernando Henrique Cardoso.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado



José Cruz/Agência Senado

MP do Mais Médicos tranca pauta do Senado

Após passar pela Câmara, senadores vão estudar polêmica medida provisória, que, entre outros pontos, estimula a vinda de médicos estrangeiros para o Brasil

FOI LIDA ONTEM no Plenário a Medida Provisória (MP) 621/2013, que instituiu o Programa Mais Médicos, ampliando o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) em locais onde há carência de profissionais. Aprovada anteontem pela Câmara, a proposta chegou ao Senado 94 dias depois da edição, o que leva ao trancamento das votações da Casa.

Segundo a Constituição, a partir do 46º dia, a MP não votada suspende “todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando”. Na prática, a determinação atinge apenas projetos e propostas de emendas constitucionais. Matérias em comissões e requerimentos e indicações de autoridades em Plenário vêm sendo apreciados sem obstáculos.

Um dos pontos mais polêmicos nos debates sobre a



Médicos cubanos chegam a Brasília: além dos estrangeiros, 670 profissionais brasileiros já se inscreveram no programa

MP foi a necessidade ou não de revalidação do diploma do médico estrangeiro. O relatório do deputado Rogério Carvalho (PT-SE) previa que o estrangeiro não precisaria revalidar o diploma nos três anos do programa e no primeiro ano da eventual prorrogação de três anos.

Entretanto, uma emenda da Câmara restringiu a dispensa de revalidação do diploma apenas aos três primeiros anos do programa. A emenda também determina que os médicos estrangeiros somente poderão participar da prorrogação de três anos do Mais Médicos se

integrarem carreira médica específica.

Registro

A forma de registro dos médicos vindos do exterior também foi modificada na Câmara. O texto original da MP estabelece que o registro provisório seja feito pelos conselhos regionais

de Medicina. O relator passou a incumbência para o Ministério da Saúde, mas a fiscalização do trabalho dos participantes continua sendo feita pelos conselhos.

Outra mudança foi a permissão para que os médicos aposentados participem do programa. A medida foi proposta por uma emenda de Vital do Rêgo (PMDB-PB) na comissão mista que analisou a MP.

Desde a edição da MP, em julho, 670 médicos brasileiros aceitaram fazer parte do programa. O Executivo espera trazer 4 mil médicos cubanos para o país até o fim do ano.

Esses profissionais trabalharão nas regiões com menos proporção de médicos por habitante, com bolsa de R\$ 10 mil e ajuda de custo para o deslocamento e a instalação na cidade. (Com Agência Câmara)

Anibal diz que Mais Médicos não pode sofrer interrupções

Anibal Diniz (PT-AC) reafirmou em Plenário, na quarta-feira, apoio ao Programa Mais Médicos, do governo federal.

A medida, disse o parlamentar, é de grande importância para o país, pois vai permitir que mais profissionais possam atuar na atenção básica de áreas remotas e nas periferias de grandes cidades.

Anibal alertou para a importância de o programa não sofrer nenhuma ação que impeça o pleno funcionamento, sob pena de prejuízos sobretudo às populações de baixa renda.

O parlamentar elogiou ainda a mudança introduzida pela Câmara no texto da medida provisória que criou o programa. Ele disse que a transferência da responsabilidade pela concessão do registro provisório dos profissionais estrangeiros, aprovada pelos deputados, acaba com a interferência dos conselhos regionais de Medicina que não estavam concedendo os registros, desconsiderando a necessidade de parte da população.



Waldemar Barreto/Agência Senado

Malta cobra instalação de CPI para investigar falhas da saúde pública e privada

Magno Malta (PR-ES) defendeu a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Violação do Direito Humano à Saúde.

O senador disse que, apesar de ter obtido o número necessário de assinaturas para a criação da CPI, a comissão não foi instalada.

— Quando eu entrei com o pedido da CPI, tive todas as assinaturas. Em seguida, houve uma movimentação no escuro, nas trevas, para sepultar esse sonho da nação de ver plano de saúde ser investigado no Brasil — afirmou o senador.

Malta informou ter recorrido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a instalação da CPI. O senador chamou a atenção para o fato de a CPI dos Bingos, de 2005, só ter sido instalada após parlamentares recorrerem ao STF.

Ele afirmou ter em mãos “um arsenal” de denúncias de pessoas que sofrem com a negação da saúde nos setores público e privado.



Moreira Matiz/Agência Senado

Suplicy comemora primeira década do Programa Bolsa Família

Eduardo Suplicy (PT-SP) exaltou ontem os dez anos do Bolsa Família.

— Uma história de sucesso, que contribuiu efetivamente para ampliar o bem-estar e a felicidade de todos os brasileiros, assim como na construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária — disse.

Ele explicou que, em 2003, o presidente Lula unificou vários programas, como Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás. O Bolsa Família, explicou, vincula os benefícios à vacinação e à frequência escolar. O programa chega hoje a 13,8 milhões de pessoas.

Segundo o senador, o governo Dilma Rousseff ampliou o alcance social e os resultados se refletem na redução da desigualdade social.

— Segundo a Presidência da República, de 2011 para 2012, 3,5 milhões de brasileiros deixaram a linha da pobreza, resultado seis vezes maior que a meta do milênio determinada pela Organização das Nações Unidas [ONU] — acrescentou.



Moreira Matiz/Agência Senado

Oswaldo Sobrinho defende melhor distribuição dos recursos da educação

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) disse quarta-feira que os parlamentares não podem desistir enquanto não viabilizarem os recursos suficientes para a educação.

Para ele, é preciso também equalizar a distribuição: segundo ele, um aluno de Roraima recebe 70% a mais do que um aluno da Bahia ou do Ceará, “sem que haja uma justificativa para isso”.

O senador defendeu a aprovação, pelo Senado, do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 103/2012, o Plano Nacional de Educação. Oswaldo Sobrinho afirmou que a redação da Meta 4, que propõe o atendimento de alunos com deficiência ou superdotados em escolas públicas regulares, não pode inviabilizar o funcionamento das escolas especiais.

O senador manifestou ainda contentamento por ter sido homenageado pela Câmara dos Deputados, durante as comemorações dos 25 anos da Constituição, pela atuação na Assembleia Nacional Constituinte.



Moreira Matiz/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Propostas de desmilitarização da PM e de investigação dos autos de resistência são apoiadas em audiência sobre alto índice de homicídios de negros com menos de 29 anos

Waldemir Barreto/Agência Senado



Ana Rita (4ª à esq.) preside audiência com Débora, Rocha, Ângela Nascimento, Fernanda, Waiselfisz, Ângela Guimarães e Araujo

Para proteger jovens negros, debate sugere mudar polícia

EM AUDIÊNCIA QUE debateu o elevado índice de assassinatos de jovens negros, ontem, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), os participantes destacaram o papel das forças policiais nas ocorrências, sobretudo a polícia militar. Houve apelos pela aprovação de proposta para desmilitarizar a PM e de outra que prevê a investigação dos autos de resistência, documentos muitas

vezes forjados para dar a entender que as mortes decorreram de reação à abordagem policial. Quanto aos autos de resistência, um projeto que tramita na Câmara (PL 4.471/2012) deveria ter sido votado no ano passado, mas permanece sem conclusão. Já a desmilitarização da PM está em propostas em andamento na Câmara e no Senado. No Senado, tramita a PEC 102/2011, de Blairo Maggi

(PR-MT). A intenção é fundir as duas polícias num único grupo, com formação civil, diferente do treinamento dado hoje a policiais militares. — A militarização é um legado da ditadura militar, num quadro de violência contra os direitos humanos que hoje se coloca contra os avanços democráticos — afirmou Lula Rocha, do Fórum Nacional da Juventude Negra.

“Passamos pelo cadáver e não vemos”

Dados apresentados por Ângela Nascimento, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, indicam que em 2010 foram assassinadas no Brasil 49.932 pessoas, ou seja, 26,2 a cada 100 mil habitantes. Desse total, 70,6% eram negras e 26.854 eram jovens entre 15 e 29 anos (53,5%). A taxa de jovens negros assassinados foi de 74,6%, sendo que 91,3% eram do sexo masculino. — Por que, ao cair o corpo de um jovem negro, isso não impacta na sociedade? — questionou Ângela.

O Plano Juventude Viva, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, foi criado para sensibilizar a opinião pública sobre a banalização da violência e valorizar a vida dos jovens, por meio da promoção de direitos e valores. Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador do *Mapa da Violência*, estudo sobre a violência letal relacionada com a juventude, afirmou que, de 2008 a 2011, houve 206.005 homicídios no Brasil: média anual de 51,5 mil ou 141 homicídios diários. — Criamos a cultura da

cegueira, passamos pelo cadáver e não vemos — disse. Fernanda Papa, da Secretaria Nacional de Juventude, disse que a intenção do Plano Juventude Viva é alcançar os 142 municípios com as maiores taxas de homicídio de jovens negros, com cooperação federativa. Os municípios também se comprometem em fazer a notificação obrigatória das mortes violentas de jovens. Participaram da audiência o rapper Genival Oliveira, conhecido como GOG, e Enderson Araujo, da Mídia Periférica.

Senadora quer pedir criação de CPI para discutir assassinatos

A audiência foi sugerida por Ana Rita (PT-ES), presidente da CDH, que compartilhou a coordenação dos trabalhos com Lídice da Mata (PSB-BA), que pretende pedir a criação de uma CPI mista a respeito do assassinato de jovens negros.

— Temos de investigar quais são as causas desse extermínio — disse.

Débora Maria da Silva, fundadora do grupo Mães de Maio, enfatizou a importância da desmilitarização da PM e da investigação dos autos de resistência depois de citar o caso Amarildo e relatar a perda do filho de 29 anos, gari, vítima de grupo de extermínio. Formado por policiais militares em 2006, na Baixada Santista, o grupo é acusado de outras 600 mortes. Débora disse que o filho ainda não teve direito a justiça e que outras mães nem puderam enterrar os filhos.

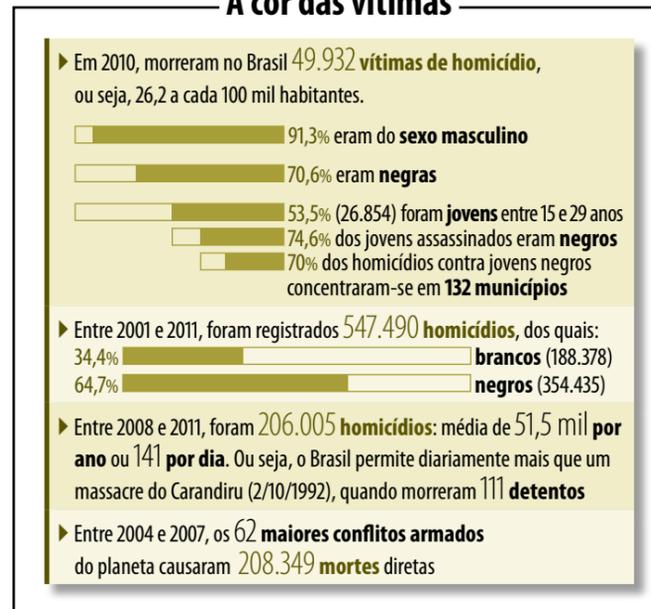
— As instituições do Estado acham que têm o poder de exterminar e ainda ocultar os

cadáveres, que até hoje mães e famílias procuram — disse Débora, responsabilizando o governo do estado de São Paulo pelas mortes.

Ângela Guimarães, vice-presidente do Conselho Nacional de Juventude, reconheceu avanços nas políticas públicas em favor das populações discriminadas nos últimos dez anos, caso da população negra. Entre as conquistas, que atribuiu à ação do movimento organizado, citou as cotas nas universidades e o Estatuto da Igualdade Racial. Reconheceu, no entanto, que a agenda não se esgotou e apontou os índices de violência entre os jovens como um dos desafios. Segundo Ângela, os agentes do sistema de segurança agem com racismo, elegendo o “pertencimento racial” nas ações.

— Uma democracia plena não pode conviver com índices tão horrendos de assassinatos de jovens negros — afirmou Ângela.

A cor das vítimas



Fonte: Audiência da CDH

Senado ajudará a melhorar segurança pública, diz Souza

Sérgio Souza (PMDB-PR) falou sobre o trabalho que realizará na recém-criada comissão temporária sobre segurança pública. Ele foi designado sub-relator de regulamentação de atividades potencialmente nocivas à segurança dos cidadãos.

— São inúmeras as proposições [em tramitação no Senado], além de ideias e experiências exitosas nessa área que procurarei identificar para a construção de um relatório parcial — disse o senador.

O relatório parcial será repassado ao relator-geral da comissão, Pedro Taques (PDT-MT).

A regulamentação de atividades potencialmente nocivas à segurança dos cidadãos é tema de dez projetos em tramitação no Senado. As propostas tratam, entre outros assuntos, de segurança em bancos, empresas de vigilância e transporte de valores, controle de munições e armas e porte de arma para agentes e inspetores do Poder Judiciário e agentes de trânsito.

Souza disse esperar que, nos 90 dias de trabalho previstos, a comissão apresente um relatório que contribua para o aprimoramento da política de segurança pública, com sugestões de aperfeiçoamento das leis.

Vanessa elogia trabalho social das Forças Armadas

Em discurso no Plenário ontem, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que as Forças Armadas têm desenvolvido projetos sociais muito importantes, como os que contribuem para melhorar a qualidade de vida da população juvenil.

Para a senadora, as ações têm sido muito importantes para o país como um todo, mas quando a ação é na região amazônica, se torna ainda mais especial — por conta dos poucos recursos, das distâncias e das dificuldades de acesso. Ela deu como exemplo um navio-hospital levado para atender ribeirinhos da Amazônia com médicos, dentistas e farmacêuticos.

Vanessa informou que vai se encontrar hoje com o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, e com o comandante militar da Amazônia, general Eduardo Villas Bôas, em São Gabriel da Cachoeira (AM), onde será inaugurado o Programa Forças no Esporte, voltado para a juventude.



Pedro Franco/Agência Senado

Mozarildo destaca atuação do Exército na Amazônia

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou a atuação do Exército brasileiro na Amazônia, ao parabenizar o 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC) pelos 45 anos de existência. O senador lembrou que desde 1968 as Forças Armadas, especialmente o Exército, têm atuado de forma ordenada, com um grupo de militares e civis na Floresta Amazônica tentando tornar menos inóspito o cotidiano dos brasileiros que vivem naquela região.

Mozarildo contou que o 6º BEC, conhecido como Batalhão Simon Bolívar e sediado em Boa Vista, sempre contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da região. Ele citou, entre as obras realizadas pelo batalhão, a interligação, pela BR-174, de Boa Vista e Manaus, com 1.000 quilômetros de extensão.

— O 6º BEC é presença marcante e constante em Roraima, atuando em atividades essenciais para a infraestrutura do estado — elogiou.



Pedro Franco/Agência Senado

Embaixador destaca oportunidades para empresas na Arábia Saudita

Flávio Marega, cuja indicação para embaixador foi aprovada, e falou de investimentos que estão sendo feitos na Arábia Saudita

AS EMPRESAS BRASILEIRAS de engenharia poderão participar de um programa orçado em US\$ 400 bilhões para ampliar a infraestrutura da Arábia Saudita. Essa será uma das prioridades do futuro embaixador brasileiro naquele país, o ministro de segunda classe Flávio Marega, cuja indicação foi aprovada por unanimidade ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). A mensagem presidencial contendo a indicação será examinada em Plenário.

— As empresas brasileiras de engenharia poderão se beneficiar amplamente desse programa de investimentos — projetou Marega, cuja indicação foi relatada por Armando Monteiro (PTB-PE).

Segundo o embaixador, Brasil e Arábia Saudita completam 45 anos de relações diplomáticas em 2013. Ele informou que a Arábia possui reservas certificadas de 260 bilhões de barris de petróleo, o equivalente a 25% das reservas mundiais. Com os recursos obtidos pela exploração de petróleo, que representam 90% das exportações daquele país, os sauditas estão financiando o amplo programa de infraestrutura do qual empresas brasileiras poderão participar, na opinião do embaixador.

A partir de 2003, segundo Marega, a prioridade concedida pelo governo brasileiro ao Oriente Médio elevou a outro patamar as relações com a Arábia Saudita. Em 2009, como ressaltou, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro àquele país. Atualmente, como informou o diplomata, a corrente de comércio bilateral alcança US\$ 6 bilhões. O Brasil exporta basicamente produtos primários, como



Ricardo Ferraço (C) coordena reunião da CRE com os embaixadores Flávio Marega e Pedro Bório

minério de ferro e carne de frango, embora venha crescendo a exportação de produtos industriais, como aviões e tratores.

Infraestrutura

Durante o debate na comissão, Armando considerou “extraordinária” a possibilidade de participação de empresas brasileiras no programa de infraestrutura do governo saudita. O presidente da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), elogiou a iniciativa e considerou “ainda tímida” a presença na Arábia Saudita de empresas brasileiras de engenharia.

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a necessidade de os recursos obtidos com a exportação de petróleo beneficiarem todos os habitantes da Arábia Saudita. Por sua vez, Luiz Henrique (PMDB-SC) recordou que os Estados Unidos estão ampliando as reservas de gás e petróleo por meio da exploração de jazidas de xisto, em um movimento que, na opinião dele, mudará a geopolítica mundial.

Pedro Simon (PMDB-RS) recordou a importância da Arábia Saudita para a promoção da paz no Oriente Médio, enquanto Cristovam Buarque (PDT-DF) observou que aquele país deverá

ter papel de destaque no debate mundial a respeito de assuntos como o esgotamento de recursos naturais.

Na reunião, foram lidos pareceres sobre três outras mensagens presidenciais, indicando novos embaixadores brasileiros para Venezuela, Chipre e Sérvia. O presidente da comissão concedeu vista coletiva das mensagens, que serão examinadas em nova reunião.



Eunício Oliveira celebra os 60 anos da Petrobras



Eunício Oliveira (PMDB-CE) discursou ontem sobre os 60 anos de fundação da Petrobras. Ele disse que a estatal tem significado especial para o Ceará e o Nordeste, pois o primeiro poço perfurado foi na Bahia e seu primeiro presidente, Juracy Magalhães, era cearense.

— Poucas empresas do mundo têm tanta identificação com seu povo como a Petrobras — disse o senador.

Eunício exaltou a descoberta de novas reservas do pré-sal e o plano de expansão da Petrobras, que tem como meta se tornar uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo até 2020. Ele lembrou que o Ceará aguarda há mais de 20 anos pela instalação da Refinaria Premium II, na região do Pecém, e manifestou a expectativa de que o empreendimento comece a ser implantado.

Ana Rita apoia defesa da companhia de petróleo

Ana Rita (PT-ES) atribuiu ao governo Fernando Henrique (1995–2002) o “desmonte” da Petrobras. Para ela, a empresa sofreu no período profundos cortes no orçamento e desvalorização dos servidores, além do aumento da incidência de danos ambientais. O golpe mais duro, segundo a senadora, foi a quebra do monopólio estatal na exploração do petróleo, abrindo o setor para empresas privadas.

— Foram abertas as portas para a tentativa de privatização.

Lembrando os 60 anos da empresa, Ana Rita registrou momentos históricos, como o debate entre “entreguistas” e “nacionalistas”, e elogiou o governo Lula (2003–2010) por reestruturar e capitalizar a Petrobras até a descoberta do petróleo na camada do pré-sal, que, na opinião da parlamentar, poderá levar o Brasil a um novo patamar de exploração do petróleo no mundo, além de representar grande avanço econômico e social.

Alvaro alerta para “maior privataria da história”



Alvaro Dias (PSDB-SP) defendeu quarta-feira a suspensão ou o cancelamento do leilão do Campo de Libra, marcado para 21 de outubro, que considera “a maior privataria da história brasileira”. Ele destacou declarações de Ildo Sauer, ex-diretor da Petrobras, segundo o qual nenhum país leiloa “aos poucos o acesso da produção de petróleo de campos cujo total é desconhecido”.

— Acrescenta-se o fato de ter a Presidência da República afirmado ter ocorrido espionagem norte-americana na Petrobras — lamentou, atacando o aparelhamento partidário da estatal e a pressão do governo contra a investigação de irregularidades na empresa.

— Poderemos assistir à maior privataria da história. Essa expressão foi cunhada pelos petistas na tentativa de demonizar as privatizações no país.

Valadares comemora petróleo em Sergipe



Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou quarta-feira a descoberta de um campo de petróleo em Sergipe. Segundo ele, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, deve fazer ainda este mês o anúncio do que pode ser a maior descoberta de petróleo de 2013 — com reservas superiores a 1 bilhão de barris.

— Essa descoberta pode colocar nosso estado entre os maiores produtores de petróleo do Brasil — disse.

O senador observou que, apesar das campanhas em favor do uso de energias limpas, o petróleo ainda é a grande fonte energética do mundo.

Valadares parabenizou a presidente da Petrobras, Graça Foster, pela condução das pesquisas que estão permitindo a descoberta de novos campos de petróleo.

Relação Brasil-EUA deve ser repensada, diz Ferraço

O adiamento da visita que a presidente Dilma Rousseff faria aos Estados Unidos no dia 23 deve ser acompanhado de uma reflexão sobre o futuro das relações entre os dois países. A afirmação foi feita pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Ele disse concordar com o gesto de Dilma de adiar a viagem após a publicação de denúncias de espionagem dos EUA no Brasil. Ferraço elogiou o tom adotado pela presidente nas declarações sobre o tema, que considerou “altivo sem deixar de ser sereno”. Dessa forma, observou, não ficou comprometido o relacionamento bilateral.

Algumas semanas após o episódio, porém, o senador sugeriu que se coloque em debate o futuro das relações entre Brasília e Washington. Agora que o Brasil e o Mercosul retomam a negociação de um acordo comercial com a União Europeia, ele alertou para o risco de relegar a segundo plano um diálogo com os Estados Unidos na área comercial, como consequência de processo de esfriamento das relações bilaterais.

— O que isso significaria em termos de liderança que o Brasil naturalmente exerce na América Latina, considerando que vários de nossos vizinhos já mantêm ou estão em vias de constituir relações econômicas especiais com os Estados Unidos? — questionou Ferraço.

Como duas importantes nações do Ocidente, prosseguiu o senador, Brasil e Estados Unidos desenvolveram uma “densa rede de interesses interconectados e de aspirações mútuas”. Ele citou como exemplo o comércio bilateral. Mesmo em tempos de relativa desaceleração econômica, recordou, o fluxo de comércio entre os dois países alcançou US\$ 75 bilhões em 2012.